

UNIVERSIDADE LUSÓFONA, DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

FACULDADE DE DIREITO

CIÊNCIA POLÍTICA E DIREITO CONSTITUCIONAL I

GRELHAS DE CORRECÇÃO

Teresa Moraes Sarmento, Phd

Nuno Magalhães

Ano letivo: 2020/21

PROVA GLOBAL DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA: 4 de Janeiro de 2021. Duração: 3 h

É PERMITIDA A CONSULTA de textos legais simples, isto é, sem anotações ou comentários.

1. Comente a seguinte afirmação:

Aristóteles é reconhecido como o fundador da Ciência Política. (3 V)

- *Identificação de Aristóteles como pensador da Antiguidade Clássica;*
- *Identificação da sua vasta obra e do famoso tratado sobre A Política, revelador (ainda hoje) de aspetos atinentes à governação dos povos;*
- *Idem: a classificação dos regimes políticos, a melhor forma de governo e a identificação das classes sociais e a importância das classes médias;*
- *Idem: A identificação dos três conceitos de “constituição” e a aproximação do seu pensamento com a realidade política dos dias de hoje;*
- (...).

2. Caracterize e relacione com os principais pensadores políticos que estudou:

Regime Político democrático, totalitário, monárquico e republicano. (7 V)

- *Influências históricas de Locke, Montesquieu e Rousseau sobre a formulação dos sistemas opostos e sobre a respetiva interpretação do conceito de separação de poderes;*
- *Desenvolvimento dos sistemas de separação e distribuição de poderes nos diversos regimes políticos;*
- *Relações entre os poderes legislativo, executivo e judicial na construção de sistemas de governo diferenciados;*
- *Definição básica do conceito de separação de poderes e sua interligação com o Estado de Direitos Humanos;*

- (...)

3. Enuncie, caracterize e distinga quanto à natureza e regime jurídico:

Traços estruturais dos Direitos, liberdades e garantias face aos direitos económicos, sociais e culturais. (5 V)

- *Considerar a dimensão jurídico-constitucional dos “direitos fundamentais” inerentes às situações jurídicas fundamentais das pessoas, plasmados nos artigos 24.º a 79.º da Constituição de 1976;*

- *Critério jurídico da divisão sistemática entre os “direitos, liberdades e garantias” e os “direitos, económicos, sociais e culturais”;*

- *Considerar a dimensão jurídica dos artigos 16.º, 17.º e 18.º da Constituição;*

- *Considerar a distinta estrutura dos direitos, “essencialmente negativa”, do Título II da Parte I, onde estão previstas normas preceptivas. Ao invés, dos direitos do Título III da Parte I que dizem respeito, na sua generalidade, a direitos a prestações positivas do Estado;*

- *Identificação das principais expressões utilizadas no domínio do texto constitucional, dos dois tipos de direitos expressamente previstos na Constituição de 76;*

- (...)

4. Comente a seguinte afirmação:

O Estado Constitucional Português é, atualmente, um Estado de Direito, Democrático e Social. (5 V)

- *Conceito de “Direito”, na expressão “Estado de Direito”;*

- *Separação de poderes e o regime político existente em Portugal, na sua contextualização constitucional;*

- *Sufrágio universal – a identificação da expressão “universal” – o direito a ser eleito e o direito às escolhas. O direito ao referendo, em situações especialmente identificadas;*

- *Conceito de Estado de direitos humanos – a centralidade do respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana;*

- *Considerar as incumbências e proteção do Estado – diversos domínios;*

- *Alguns exemplos definidores:*

- *A incompatibilidade da dignidade da pessoa humana com a servidão ou a escravatura do ser humano;*

- *A vinculação das entidades públicas e dos entes privados às normas constitucionais sobre direitos fundamentais;*

- *A responsabilidade do Estado e das demais entidades públicas pelos direitos fundamentais;*

- Outros...

- *Valorização do contributo pessoal do(a) aluno(a) ao concordar ou discordar (justificando) com a frase;*

- (...)

**Cotação: 1 – até 3 valores; 2 – até 7 valores; 3 – até 5 valores; 4 – até 5 valores.
Total: 20 valores**

Observações: *a cotação máxima será atribuída em função do raciocínio, do raciocínio jurídico, da formulação desse raciocínio e da identificação dos normativos jurídicos que o suportam]*